



**XXII MOSTRA DE
INICIAÇÃO CIENTÍFICA**

A formatação e a revisão linguística são de responsabilidade dos autores.

**XIV SALÃO DE
EXTENSÃO, PESQUISA
E PÓS-GRADUAÇÃO**

**21^A25
OUT
2024**

FACCAT
www.faccat.br

LEI 14.181/2021 E O SUPERENDIVIDAMENTO: AVANÇOS NA PRESERVAÇÃO DO MÍNIMO EXISTENCIAL E REGULAÇÃO DO CRÉDITO

Graduação: Direito

Área temática: Ciências sociais, jornalismo e informação

Resultados: Final

Forma de apresentação: Oral presencial

Miriane Genari dos Santos¹; Rafaela Thomé²; Felipe Cunha de Almeida³

RESUMO

O superendividamento do consumidor tem ganhado crescente relevância no direito brasileiro, especialmente após a promulgação da Lei 14.181/2021, que alterou o Código de Defesa do Consumidor (CDC) para incluir disposições específicas sobre a preservação do mínimo existencial e o crédito responsável. Este trabalho visa analisar as implicações da Lei 14.181/2021 no contexto do superendividamento, focando nas mudanças legislativas e sua aplicação prática. A Lei 14.181/2021 introduz medidas para garantir que consumidores endividados mantenham um padrão de vida digno, preservando o mínimo existencial, e promove práticas de crédito responsável por parte das instituições financeiras. Dentre as principais inovações, destaca-se a possibilidade de repactuação judicial das dívidas, que permite ao consumidor solicitar uma revisão dos termos de pagamento em caso de superendividamento. Além disso, a lei estabelece novos deveres para os credores, como a obrigação de fornecer informações claras sobre as condições de crédito e proíbe práticas abusivas. A pesquisa também examina a aplicação desses princípios por meio da jurisprudência, analisando decisões judiciais que refletem a efetividade da lei na proteção dos consumidores e na regulamentação do mercado de crédito. A análise busca entender como essas mudanças estão impactando a proteção dos direitos dos consumidores e promovendo uma transformação nas práticas de crédito no Brasil, evidenciando a importância da Lei 14.181/2021 na mitigação dos efeitos negativos do superendividamento.

Palavras-chave: Superendividamento. Consumidor. Mínimo Existencial.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Antonio Herman V.; MARQUES, Claudia Lima; BESSA, Leonardo Roscoe. Manual de direito do consumidor 6. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2022.

GIANCOLI, Brunno. Curso de direito do consumidor. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2024. E-book. ISBN 9788553623303. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553623303/>. Acesso em: 14 ago. 2024.

NUNES, Rizzatto. Curso de direito do consumidor. 14. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021

¹ Acadêmico das Faculdades Integradas de Taquara - FACCAT. miriane_genari@sou.faccat.br

² Acadêmico das Faculdades Integradas de Taquara - FACCAT. rafaelathome@sou.faccat.br

³ Professor Orientador das Faculdades Integradas de Taquara - FACCAT. felipealmeida@faccat.br



**XXII MOSTRA DE
INICIAÇÃO CIENTÍFICA**

**XIV SALÃO DE
EXTENSÃO, PESQUISA
E PÓS-GRADUAÇÃO**

A formatação e a revisão linguística são de responsabilidade dos autores.

**21^A25
OUT
2024**

FACCAT
www.faccat.br

TARTUCE, Flávio; NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de direito do consumidor: direito material e processual, volume único. 13. ed., rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Método, 2024